



HADDAD DIZ QUE NÃO É HORA DE ANUNCIAR MEDIDA CONTRA TARIFAS

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) defende que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) opere, de início, em modo de espera diante da tarifação do governo de Donald Trump.

"A sociedade vai ter que pensar como se portar diante de um fato que é disruptivo do ponto de vista econômico. Não é o momento agora de anunciar medida. É tentar ver se a poeira abaixa, se estabiliza, para que nós possamos começar a nos movimentar, de maneira a nos proteger dessa situação, que é muito tensa mesmo", disse Haddad

nessa terça-feira (8), em evento do Bradesco BBI.

Segundo Haddad, o Brasil pode se beneficiar em certa medida da imposição de tarifas globais pelos Estados Unidos.

"Nossos produtos lá no mercado dos EUA vão ficar mais baratos. Se eu não estou enganado, as tarifas substituíram a política de cotas duras, o que significa dizer que tínhamos um bloqueio de exportação que, a princípio, não existe mais, o que nos permite avançar naquilo que eles importam hoje", disse o ministro.

No entanto, Haddad pondera que o Brasil pode

sofrer com o efeito negativo na economia da China, principal parceiro comercial do país, e a queda nos preços das commodities.

"Inclusive o petróleo chegou a bater a mínima de muito tempo. Eu estive nos Emirados Árabes este ano para discutir investimentos no Brasil. E o que se conversou bilateralmente foi a pressão americana para que o barril chegasse a US\$ 60, e ele está quase neste patamar", disse Haddad.

Na Bolsa de Londres, o barril de óleo Brent, usado como referência, fechou o pregão desta terça cotado a US\$ 61,62.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Dívida bruta do Brasil volta a subir e atinge 76,2% do PIB em fevereiro, mostra BC

Governo prepara medida para oferecer crédito barato ao trabalhador

Lula diz que Trump deu 'cavalo de pau' no mundo e que estratégia não vai dar certo

EUA anunciam tarifa adicional de 50% em retaliação à China, e sobretaxa chega a 104%



Montadoras no Brasil temem efeito Trump e já falam em cotas contra carros mexicanos



NO MUNDO

Rússia quer outros países em acordo sobre armas nucleares com EUA



O governo de Vladimir Putin disse nesta terça (8) que qualquer negociação sobre controle de armas nucleares com os Estados Unidos terá de levar em conta os arsenais de outros países. "Só podemos discutir tudo como um todo", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

Isso sinaliza uma mudança total na postura russa até aqui, que era a de considerar apenas o poderio nuclear russo e americano nas conversas sobre o tema. E também serve de lembrete de Moscou acerca de suas capacidades a Washington.

Tal aceno ocorre em meio às dificuldades para negociar um cessar-fogo na

Guerra da Ucrânia. Donald Trump promoveu um giro de 180 graus na política americana para o conflito, alinhando-se a Putin na avaliação dos motivos da guerra e abrindo negociações diretas com os russos.

Trouxe Kiev à força para a mesa e tentou fazer com quem Moscou aceitasse uma trégua provisória para daí negociar termos. Putin não topou, exigindo que as conversas começassem com os pontos a serem discutidos definidos presumivelmente, os seus pontos.

O impasse já dura semanas, e Trump tem sinalizado perda de paciência. Primeiro, ameaçou Moscou com novas tarifas e sanções. Na segunda (7), queixou-se

de que os russos estavam "bombardeando como loucos" o vizinho enquanto a novela se desenrola.

Ainda assim, os EUA receberam o primeiro enviado de alto nível russo desde o início da guerra, em 2022, na semana passada. "Czar" dos investimentos da Rússia, Kirill Dmitriev não logrou avanços visíveis, mas as conversas continuam. As armas nucleares entram na conversa porque ambos os lados concordaram em fazer negociações amplas, incluindo suas divergências, além da questão ucraniana. A carta atômica russa foi usada repetidas vezes nos momentos de disputa mais agudos com o Ocidente na guerra.

Igor Gielow/Folhapress

Irã insta EUA a descartarem 'opção militar' antes de reunião sobre acordo nuclear



O ministro das Relações Exteriores do Irã demandou, nesta terça-feira (8), que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, descartasse a ameaça militar antes das negociações sobre o programa nuclear iraniano, afirmando que Teerã não cederia sob coerção.

Em um artigo de opinião publicado no jornal The Washington Post, o principal diplomata do Irã, Abbas Araghchi, grifou a palavra "indireta" ao se referir às negociações entre os dois países prevista para ocorrer

Com impressão em 3D, Japão monta nova estação de trem em 3 horas

Entre o último trem da noite e o primeiro da manhã seguinte, trabalhadores construíram uma estação inteiramente nova, utilizando componentes impressos em 3D no Japão.

O trabalho foi concluído em cerca de duas horas e meia. As informações são do The New York Times e The Japan Times.

A estrutura de madeira foi substituída por impressão de argamassa. A nova estação, Hatsushima, fica em uma cidade de 25 mil habitantes, em uma área rural do Japão. O local atende os passageiros há mais de 75 anos.

Componentes da nova estação foram impressos em 3D em outro local, no que a empresa que opera a linha diz ser um feito inédito no mundo. Segundo a West Japan Railway Company,

uma construção da maneira tradicional teria demandado mais de dois meses de trabalho e custado o dobro.

Foram necessários sete dias para realizar a impressão das peças, segundo a Serendix, empresa contratada para a obra. "Normalmente, a construção ocorre ao longo de vários meses enquanto os trens não operam à noite", afirmou Kunihiro Handa, cofundador da empresa.

A nova estrutura possui cerca de 2,6 m de altura e área de aproximadamente 10 m². As estruturas foram moldadas utilizando argamassa aplicada por impressora 3D. Na sequência, vergalhões foram inseridos na parte oca e preenchidos com concreto. A empresa afirma que o prédio possui resistência semelhante à de casas de concreto armado.

Folhapress



em Omã, a partir do próximo sábado (12). Algumas horas depois, a Casa Branca reafirmou sua posição de que as conversas ocorrerão de forma direta, ou seja, sem mediação do Omã ou outro país.

Os dois lados disputam a forma como os diálogos irão ocorrer desde que o governo abriu uma porta ao diálogo com Teerã ao mesmo tempo em que ameaçou bombardear o país por sua aliança com os houthis no Iêmen. O regime persa também critica a tentativa de diálogo em meio a sanções.

No artigo no Washington

Post, Araghchi também reforçou a informação publicada na imprensa estatal iraniana de que a porta sempre estaria aberta para um possível acordo, desde que Washington demonstre boa vontade.

Antes das negociações que os dois países iniciarão no fim de semana em Omã, Araghchi alertou contra um possível ataque militar contra o Irã, uma medida que o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, considerou inevitável nesta terça-feira, caso os diálogos entre Washington e Teerã fracassem.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Dívida bruta do Brasil volta a subir e atinge 76,2% do PIB em fevereiro, mostra BC



A dívida bruta do Brasil voltou a subir em fevereiro e atingiu 76,2% do PIB (Produto Interno Bruto), aumento de 0,5 ponto percentual em relação ao mês anterior, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta terça-feira (8).

A dívida bruta, que totalizou R\$ 9 trilhões em fevereiro, compreende números do governo federal, do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e de governos estaduais e municipais. Esse é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas.

A comparação é feita em relação ao PIB para mostrar

se a dívida do governo é sustentável. A trajetória da dívida bruta é hoje um dos focos de preocupação do mercado financeiro e da própria equipe econômica.

De acordo com o BC, essa alta deve-se, principalmente, pelo efeito dos juros nominais apropriados (aumento de 0,7 ponto percentual) e da emissão líquida de dívida (elevação de 0,1 ponto percentual). Por outro lado, houve variação negativa do PIB nominal (redução de 0,4 ponto percentual).

Cerca de 50% dos títulos emitidos pelo governo são remunerados pela taxa básica de juros, a Selic, que está em ciclo de alta e chegou a 14,24% ao ano na última

reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). Isso gera automaticamente uma pressão adicional sobre o endividamento da União.

Cada um ponto percentual de aumento da Selic eleva a dívida bruta em R\$ 49,3 bilhões, segundo o BC.

A maior emissão líquida de dívida é também um demonstrativo de que o governo está captando recursos no mercado em volume maior do que o necessário para rolar sua dívida.

Pela metodologia do FMI (Fundo Monetário Internacional), que passou a ser incorporada pelo BC na divulgação de suas estatísticas, a dívida bruta do Brasil saltou de 87,1% a 88,7% do PIB de janeiro a fevereiro. Folhapress

EUA anunciam tarifa adicional de 50% em retaliação à China, e sobretaxa chega a 104%



A Casa Branca confirmou sua promessa de retaliar a China e anunciou nesta terça-feira (8) uma nova tarifa de 50% em cima das taxas já impostas anteriormente ao país asiático. Com isso, os produtos chineses podem receber uma tarifa de até 104% para entrarem nos EUA.

Karoline Leavitt, porta-voz do presidente Donald Trump, afirmou que a sobretaxa entra em vigor a partir da 0h01 desta quarta-feira (9), mas o republicano acredita que Pequim quer fazer um acordo. Segundo ela "se a China se manifestar, ele [Trump] será cordial, mas vai fazer o que for melhor ao povo americano".

Custo da cesta básica sobe em 14 capitais brasileiras em março

Apenas três capitais brasileiras não apresentaram aumento no custo médio da cesta básica no mês de março. Das 17 capitais analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, somente Aracaju (-1,89%), Natal (-1,87%) e João Pessoa (-1,19%) apresentaram redução no custo médio da cesta.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), responsável pela pesquisa, as maiores elevações observadas no mês de março ocorreram nas capitais da Região Sul do país: Curitiba (3,61%), Florianópolis (3%) e Porto Alegre (2,85%).

Entre os maiores vilões para o aumento da cesta no mês passado estão o café,

que subiu em todas as capitais analisadas, o tomate e o leite integral. Por outro lado, o preço do quilo da carne bovina de primeira caiu em 15 capitais, com exceção de João Pessoa e do Recife.

A cesta básica mais cara do país continua a ser a de São Paulo, onde o custo médio chegou a R\$ 880,72. Em seguida vêm Rio de Janeiro (R\$ 835,50), Florianópolis (R\$ 831,92) e Porto Alegre (R\$ 791,64).

Já a cesta mais barata foi observada nas capitais das regiões Norte e Nordeste do país, onde a composição de produtos é diferente. Os menores valores médios foram encontrados em Aracaju (R\$ 569,48), João Pessoa (R\$ 626,89), no Recife (R\$ 627,14) e em Salvador (R\$ 633,58).

Elaine Cruz/ABR



"Foi um erro a China retaliar. Quando a América é atingida, os EUA revidam com mais força, é por isso que teremos as tarifas de 104% entrando em vigor ainda nesta noite", disse.

Questionada sobre o que seria necessário para um acordo com a China, Leavitt disse que seria "imprudente" de sua parte dizer em que condições poderiam ocorrer a negociação.

Na semana passada, Trump anunciou que os produtos chineses seriam atingidos com uma tarifa de 34% a partir desta quarta. Antes, em fevereiro, o republicano já havia imposto 20% de imposto à China, elevando o total para 54%. Assim, a taxa total sobre Pequim mais do que dobraria

o valor dos importados no mercado americano.

Em resposta ao primeiro anúncio de sobretaxa feito por Trump na semana passada, o governo chinês havia anunciado uma retaliação, válida a partir de quinta-feira (10), de 34% sobre as importações americanas. Na madrugada desta terça, Pequim informou que "lutaria até o fim" diante do que chamou de chantagens tarifárias de Trump.

O Ministério do Comércio, em nota atribuída ao seu porta-voz, disse que "os EUA ameaçam escalar as tarifas contra a China, o que é um erro em cima de outro e mais uma vez expõe a natureza chantagista do lado dos EUA, o que a China nunca irá aceitar". Folhapress

POLÍTICA

Governo prepara medida para oferecer crédito barato ao trabalhador



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (8) que o governo pretende lançar uma medida para facilitar o acesso do trabalhador a crédito concedido com juros baixos. A informação foi feita durante a abertura do 100º Encontro Internacional da Indústria da Construção (Enic), em São Paulo. "Sem querer antecipar medidas, mas estamos construindo uma solução muito elegante, que preserva o direito do trabalhador a crédito barato, isso é um direito do cidadão, mas, ao mesmo tempo, reserva o estoque de poupança para fomentar o investimento", afirmou. "Estamos encontrando esse caminho, construindo

juntos, e penso que vamos ter boas novas a divulgar brevemente, no sentido de buscar esse equilíbrio entre a poupança nacional em proveito do investimento e aquilo que é direito das pessoas que, eventualmente, têm acesso a uma linha de crédito mais barata, porque há vários imprevistos e anseios de consumo que têm que ser suportados por linhas de crédito adequadas", acrescentou.

Haddad ainda pontuou que, por mais que as equipes do governo sejam qualificadas, nem sempre "conhecem toda a realidade". Ele completou a fala com uma menção ao rebuliço causado pelo anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, quanto às novas

regras tarifárias que deseja aplicar a outros países.

"E tem coisas que ainda estão na mesa para a gente negociar, que a gente sabe que tem que calibrar, sobretudo, alguns desafios externos que foram colocados desde a semana e vamos tentar, juntos, enfrentá-los."

Também participaram da abertura do evento o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e os ministros Rui Costa, da Casa Civil, Jader Barbalho Filho, das Cidades, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso. Na comitiva de autoridades convidadas, estavam, ainda, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o presidente da Caixa, Carlos Vieira.

Leticia Bond/ABR

Lula diz que Trump deu 'cavalo de pau' no mundo e que estratégia não vai dar certo



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta terça-feira (8) que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não deveria achar que pode ditar as regras para o resto do mundo e que as medidas anunciadas são um 'cavalo de pau'. "Eu tô vendo o comportamento de Trump nos EUA. Eu não sei o que vocês pensam, mas eu acho que não vai dar certo. Ninguém pega um transatlântico daquele, carregado, e faz as coisas que estão acontecendo. Ninguém brinca que o mundo não existe, com quase 200 países. Ninguém esquece que todos os países têm soberania e querem estabelecer um processo

de harmonia", afirmou. "De repente, o mundo tem um cavalo de pau em que o cidadão, sozinho, acha que é capaz de ditar regras para tudo que vai acontecer no mundo", disse, em evento do setor de construção civil.

O presidente também afirmou que o país está "enxugando gelo" há mais de 50 anos e sofre para reduzir o déficit habitacional.

"São 51 anos de coice. Mesmosendo o meu governo o que mais construiu casas. Desde que nós começamos o Minha Casa, Minha Vida, nós já fizemos 8 milhões de casas, e ainda temos um déficit de 7 milhões. Isso significa que nós estamos enxugando gelo", disse Lula.

Haddad fala em ir 'além do bom senso' contra ascensão da extrema direita

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, usou a discussão sobre a reforma do Imposto de Renda como plataforma para pedir que os movimentos sociais e de esquerda busquem "além do que rezaria o bom senso".

Haddad discursou na tarde desta terça-feira (8) no painel de abertura do evento "Dilemas da humanidade: perspectivas para transformação social", realizado no Sesc Pompeia, em São Paulo.

Também afirmou que a administração federal enfrenta um Congresso Nacional que ele considera "bastante conservador". Os partidos do centrão, integrantes do governo Lula nos ministérios e na base de apoio na Câmara dos Deputados e no Senado, foram definidos por Haddad como "direita democrática". Disse se tratar de um governo "de frente ampla".

"Temos de navegar neste território. É um desafio muito grande aprovar medidas no Congresso Nacional."

"Para enfrentar o desafio da extrema direita, temos de ir além do que rezaria

o bom senso. Se eles estão rompendo barreiras do lado de lá, temos de angariar forças para romper barreiras do lado de cá. A coisa é muito desafiadora. A provocação do lado de lá é muito mais sem cerimônia e isso deveria servir de estímulo para nós", disse, ao citar a necessidade, para os pensadores de esquerda, de ter "mais ambição teórica".

O comentário foi feito na esteira da análise do ministro sobre as discussões sobre a reforma do Imposto de Renda. A proposta do governo federal é que aqueles que recebem até R\$ 5.000 mensais estejam isentos do pagamento do IR e que a alíquota seja reduzida para quem ganha entre R\$ 5.000 e R\$ 7.000 mensais.

Pela proposta do governo, haveria a criação de um imposto mínimo sobre a alta renda (quem ganha a partir de R\$ 600 mil por ano). Haddad lembrou que a resistência ao assunto foi vista com tanto receio em governos anteriores do PT (Partido dos Trabalhadores) que apenas agora foi enviado ao Congresso.

Folhapress

Segundo estudo da FJP (Fundação João Pinheiro), instituição que mede o indicador em parceria com o Ministério das Cidades, o país tinha em 2022 um déficit habitacional de 6,21 milhões de domicílios, o que representava 8,3% do total de habitações ocupadas no país na época.

O presidente discursou no 100º Enic (Encontro Nacional da Indústria da Construção), que acontece em São Paulo durante a Feicon, feira da indústria da construção. Lula compareceu ao evento ao lado dos ministros Jader Filho (Cidades), Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil) e Márcio França (Empreendedorismo).

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

DM Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 37.555.231/0001-71

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
Ativo			1.785	(553)	1.232	
Circulante	504	269	(300)	–	(300)	
Caixa e equivalentes de caixa	7	51	600	–	600	
Disponibilidades	–	51	–	(461)	(461)	
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	–	–	
Instrumentos financeiros	418	168	650	–	650	
Títulos e valores mobiliários	417	163	–	(470)	(470)	
Operações de crédito	1	5	–	–	–	
Outros créditos	79	50	2.735	(1.484)	1.251	
Impostos e contribuições a compensar e a recuperar	79	50	350	–	350	
Não Circulante	757	816	–	(181)	(181)	
Instrumentos financeiros	757	816	2.735	(1.484)	1.251	
Títulos e valores mobiliários	757	816	–	–	–	
Total do ativo	1.261	1.085	2.735	(1.484)	1.251	
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	10	14	2.385	(1.303)	1.082	
Outras Obrigações	10	14	–	–	–	
Fornecedores	9	13	–	–	–	
Fiscais e previdenciárias	1	1	–	–	–	
Patrimônio líquido	1.251	1.071	2.735	(1.484)	1.251	
Capital social	2.735	2.085	–	–	–	
Prejuízos acumulados	(1.484)	(1.014)	–	–	–	
Total do passivo e patrimônio líquido	1.261	1.085	2.735	(1.484)	1.251	

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	2º Semes- tre 2024	Exercício 2024	2º Semes- tre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Prejuízo líquido do semestre/exercício	(181)	(470)	(181)	(470)	(461)
Outros resultados abrangentes do período, segregados em:					
a) itens que poderão ser reclassificados para o resultado	–	–	–	–	–
b) itens que não poderão ser reclassificados para o resultado	–	–	–	–	–
Resultado abrangente do semestre/exercício	(181)	(470)	(181)	(470)	(461)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	2º Semes- tre 2024	Exercício 2024
Receitas de intermediação financeira	51	108
Operações de crédito	1	3
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	50	105
Resultado de intermediação financeira	51	108
Receita/(Despesas) operacionais	(232)	(578)
Despesas administrativas	(238)	(569)
Despesas tributárias	(2)	(5)
Provisões	16	–
Outras receitas operacionais	2	21
Outras despesas operacionais	(10)	(25)
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	(181)	(470)
Tributos sobre o lucro	–	–
Imposto de renda	–	–
Contribuição social	–	–
Prejuízo líquido do semestre/exercício	(181)	(470)
Prejuízo líquido por ação – R\$	(0,07)	(0,17)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	2º Semes- tre 2024	Exercício 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	(181)	(470)
Ajustes por:		
Provisões para contingências	(16)	–
Resultado líquido ajustado	(197)	(461)
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:		
Instrumentos financeiros	(164)	(191)
Outros créditos	(13)	(29)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:		
Fornecedores	(38)	(4)
Fiscais e previdenciárias	–	–
Provisões	–	–
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	(412)	(694)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	350	650
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	–	–
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	350	650
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(62)	(44)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre/exercício	69	51
No fim do semestre/exercício	7	7
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(62)	(44)

Denis César Correia
Diretor Presidente

Tharik Camocardi de Moura
Diretor Financeiro

Carolina Camacho de Paula
Contadora CRC 1SP 317.067/0-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 31 de março de 2025, pela KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita no CRC sob o nº CRC 2SP 276.85/0-0 F SP, sem ressalvas, está sendo apresentado na íntegra, na versão completa destas demonstrações financeiras, que estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DMCard Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 36.238.874/0001-29

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			Passivo		Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			44.355	48.633	82	197
Circulante	84.920	137.609	40.877	48.628	–	–
Caixa e equivalentes a caixa	3.787	65	3.478	5	82	197
Disponibilidades	–	25	–	–	–	–
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.786	40	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários	1	–	–	–	–	–
Ativos vinculados	81.017	137.298	3.451	–	–	–
Caixa Restrito	5.808	10.592	1	–	–	–
Direitos creditórios	75.209	126.706	3	5	–	–
Outros ativos	116	246	40.142	88.699	–	–
Contas a receber	–	166	2	29	–	–
Impostos a Recuperar	38	2	2	29	–	–
Despesas antecipadas	78	78	40.140	88.670	–	–
Não Circulante	73	160	496	437	–	–
Outros ativos	73	160	100	100	–	–
Despesas antecipadas	72	150	18	14	–	–
Ativo fiscal diferido	1	10	78	78	–	–
Total do ativo	84.993	137.769	84.993	137.769	82	197

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ações)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional financeira	308	1.634	112	262
Receita Líquida	308	1.634	(13)	(49)
Provisões	27	(29)	(8)	(26)
Receitas/(Despesas) operacionais	27	(29)	(9)	10
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	335	1.605	82	197
Receitas financeiras	16.065	23.681	0,82	1,97
Despesas financeiras	(16.288)	(25.024)	–	–

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)				
	Capital social	Legal	Especial	De Lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100	4	21	115
Lucro líquido do exercício	–	–	–	197
Destinação sobre o lucro líquido:				
Reserva legal	–	10	–	(10)
Reserva especial	–	–	57	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	100	14	78	245
Lucro líquido do exercício	–	–	–	82
Destinação sobre o lucro líquido:				
Reserva legal	–	4	–	(4)
Dividendos mínimos obrigatório	–	–	–	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	100	18	78	300

Reserva		
	Legal	Especial
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4	21
Lucro líquido do exercício	–	–
Destinação sobre o lucro líquido:		
Reserva legal	10	–
Reserva especial	–	57
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	78
Lucro líquido do exercício	–	–
Destinação sobre o lucro líquido:		
Reserva legal	4	–
Dividendos mínimos obrigatório	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18	78

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras		
	Tharik Camocardi de Moura CFO e Relação com Investidores	Carolina Camacho de Paula Contadora CRC 1SP 317.067/0-7
		Bruno Pascele Piva Controller CRC 1SP 267.093/0-2

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,9362 / R\$ 5,9368 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,9939 / R\$ 5,9959 *
Turismo - R\$ 6,0460 / R\$ 6,2260

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Varição do câmbio livre mercado no dia: 1,43%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -1,32%
Pontos: 123.931
Volume financeiro: R\$ 27,703 bilhões
Maiores altas: CPFL ON (3,39%), Locaweb ON (2,67%), Caixa Seguridade ON (2,58%)
Maiores baixas: Magazine Luiza ON (-13,41%), Cosan ON (-5,99%), CSN ON (-5,70%)
S&P 500 (Nova York): -1,57%
Dow Jones (Nova York): -0,84%
Nasdaq (Nova York): -2,15%
CAC 40 (Paris): 2,5%
Dax 30 (Frankfurt): 2,48%
Financial 100 (Londres): 2,71%
Nikkei 225 (Tóquio): 6,03%
Hang Seng (Hong Kong): 1,51%
Shanghai Composite (Xangai): 1,58%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,71%
Merval (Buenos Aires): -1,74%
IPC (México): -0,28%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%
Maio 2024: 0,46%
Junho 2024: 0,21%
Julho 2024: 0,38%
Agosto 2024: -0,02%
Setembro 2024: 0,44%
Outubro 2024: 0,56%
Novembro 2024: 0,39%
Dezembro 2024: 0,52%
Janeiro 2025: 0,16%
Fevereiro 2025: 1,31%



GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

CNPJ nº 31.406.860/0001-53

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS				Passivo e patrimônio líquido				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	316	288	21.604	25.315	Debêntures privadas	-	-	52.825	
Aplicações financeiras	400.102	428.806	450.219	457.536	Contas a pagar por aquisição	36.147	17.459	36.147	
Contas a receber	-	21	22.241	22.041	Arrendamento mercantil	256	248	1.310	
Estoques	-	-	5.014	5.789	Fornecedores	156	332	8.460	
Impostos a recuperar	9.479	6.349	10.273	11.689	Obrigações sociais	1.991	2.153	8.300	
Partes relacionadas	1.924	1.628	212	212	Obrigações fiscais	2.810	2.899	20.083	
Dividendos a receber	29.620	10.721	-	-	Partes relacionadas	953	698	1.449	
Outros créditos	1.971	19	5.402	2.352	Dividendos a pagar	32.068	15.300	32.405	
Total do ativo circulante	443.412	447.832	514.965	524.934	Outras obrigações	166	-	843	
Não circulante					Total do passivo circulante	74.547	39.089	161.822	
Realizável a longo prazo					Não circulante				
Fundo restrito	-	-	22.176	17.751	Debêntures privadas	-	-	254.490	
Partes relacionadas	-	14.008	-	14.008	Contas a pagar por aquisição	34.308	49.131	34.308	
Impostos a recuperar	-	-	4.313	-	Arrendamento mercantil	87	343	8.026	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.218	2.360	Imposto de renda e contribuição social diferidos	124.813	129.360	253.974	
Depósitos judiciais	-	-	1.083	1.187	Provisão para ações judiciais	-	-	8.079	
Outros créditos	6	23	6	174	Total do passivo não circulante	159.208	178.834	558.877	
Investimentos em controladas e coligadas	747.516	717.322	21.773	35.480	Total do passivo	233.755	217.923	720.699	
Ativo de contrato	-	-	1.100	-	Patrimônio líquido				
Imobilizado	455	651	427.062	429.716	Capital social	909.360	909.360	909.360	
Intangível	324	567	879.990	904.899	Reserva de lucros	48.598	53.120	48.598	
Total do ativo não circulante	748.301	732.571	1.359.721	1.370.095	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	957.958	962.480	957.958	
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	196.029	
Total do ativo	1.191.713	1.180.403	1.874.686	1.895.029	Total do patrimônio líquido	957.958	962.480	1.153.987	
					Total do passivo e patrimônio líquido	1.191.713	1.180.403	1.874.686	

Saldo em 1º/01/2023	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros retidos	Lucros acumulados	PL atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
	909.360	6.398	2.742	-	918.500	177.234	1.095.734
Lucro líquido do exercício	-	-	-	61.981	61.981	14.277	76.258
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(1.661)	(1.661)
Juros sobre o capital próprio (jscp)	-	-	-	(18.001)	(18.001)	-	(18.001)
Complemento de reserva legal	-	3.099	-	(3.099)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros retidos	-	-	40.881	(40.881)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	909.360	9.497	43.623	-	962.480	189.850	1.152.330
Lucro líquido do exercício	-	-	-	69.952	69.952	15.977	85.929
Dividendos intermediários	-	-	-	(40.360)	(40.360)	(10.368)	(50.728)
Juros sobre o capital próprio (JSCP)	-	-	-	(17.501)	(17.501)	-	(17.501)
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	(16.613)	(16.613)	-	(16.613)
Complemento de reserva legal	-	3.498	-	(3.498)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros retidos	-	-	(8.020)	8.020	-	-	-
Aquisição de participação não controladora	-	-	-	-	-	570	570
Saldo em 31/12/2024	909.360	12.995	35.603	-	957.958	196.029	1.153.987

Receita líquida	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	58	62	261.079	249.290	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Custo dos serviços prestados	-	-	(89.264)	(85.472)	Lucro líquido do exercício	69.952	61.981	85.929
Lucro bruto	58	62	171.815	163.818	Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Receitas e despesas operacionais					Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.547)	(7.171)	6.455
Gerais e administrativas	(25.497)	(25.095)	(56.878)	(71.881)	Depreciação de imobilizado	213	209	22.234
Resultado de equivalência patrimonial	57.726	45.307	1.173	-	Amortização de intangível	243	243	20.915
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-	-	272	393	Depreciação e amortização da mais-valia	16.899	16.899	4.053
Lucro operacional antes do resultado financeiro	32.287	20.274	116.382	92.330	Juros sobre debêntures	-	-	35.377
Resultado financeiro					Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a receber	(1.291)	(1.628)	(1.291)
Receitas financeiras	40.387	51.214	48.562	58.611	Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a pagar	-	-	580
Despesas financeiras	(4.844)	(11.483)	(41.935)	(56.597)	Baixas do ativo imobilizado	1	-	29
Lucro operacional antes dos impostos	67.830	60.005	123.009	94.344	Resultado da equivalência patrimonial	(57.726)	(45.307)	(1.173)
Imposto de renda e contribuição social					Provisão para perda de crédito esperada	-	-	466
Correntes	(2.425)	(5.195)	(30.625)	(22.455)	Amortização do ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	5	7	660
Diferidos	4.547	7.171	(6.455)	4.369	Apropriação dos custos de transação de debêntures	-	-	442
Lucro líquido do exercício	69.952	61.981	85.929	76.258	Atualização monetária e ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	3.865	10.680	3.865
Atribuído à					Provisão (reversão) de ações judiciais	-	-	(10.036)
Participação dos acionistas da controladora	-	-	69.952	61.981	Variação nos ativos operacionais:			
Participação dos acionistas não controladores	-	-	15.977	14.277	Contas a receber	21	(8)	(200)
			85.929	76.258	Estoques	-	-	775

Lucro líquido do exercício	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	69.952	61.981	85.929	76.258
Total do resultado abrangente do exercício	69.952	61.981	85.929	76.258
Atribuído à				
Participação dos acionistas da controladora	-	-	69.952	61.981
Participação dos acionistas não controladores	-	-	15.977	14.277
			85.929	76.258

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A GS Inima Industrial S.A. ("Companhia") foi constituída em 17/08/2018, está localizada na cidade de São Paulo/SP e tem como objeto investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em Operações Industriais - terciarização de Centrais de Utilidades e fornecimento de água industrial, através de suas controladas. Em 22/04/2024, o consórcio formado entre a controlada GS Inima Industrial S.A. e a Tubonews Construção e Montagem Ltda. constitui a nova empresa do grupo, denominada Águas de Reuso Vitória S.A. ("Reuso Vitória"), onde a controlada GS Industrial possui 90% de participação. A Reuso Vitória possui como objeto específico e exclusivo o cumprimento do Contrato de Subconcessão da Prestação dos Serviços Públicos de Tratamento de Efluentes Sanitários da Bacia de Camburi e de Fornecimento de Água não potável na modalidade de Reuso para Utilização Industrial, mediante projeto, construção e manutenção de Estação de Produção de Água de Reuso EPAR, Estação Elevatória de Reversão, Linhas de Recalque e Destinação Final de Efluentes Salinos, em local disponibilizado pela Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN. O Contrato de concessão, assinado em junho/2024, pela Reuso Vitória e a Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN, a concessão tem prazo de 30 anos. Em 25/06/2024, a controlada GS Industrial celebrou um contrato de compra e venda de quotas com a PB Construções S.A., no montante de R\$20.600, para a aquisição de 30% das quotas do capital social da Utilitas Pecém - Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A. ("Utilitas"). A Utilitas possui como objeto a realização de atividades de projeção, implantação e prestação de serviços de tratamento e fornecimento de água industrial, coleta e tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais localizadas no Complexo Industrial Portuário do Pecém ("CIPP"), no Estado do Ceará. Esta operação foi considerada uma aquisição sem controle, ou seja, não conferiu à Companhia o poder sobre as decisões financeiras e operacionais da Utilitas. Portanto, de acordo com o CPC 15 (Combinação de Negócios), a transação não é considerada uma "combinação de negócios". O total da transação foi de R\$20.600, sendo que o montante de R\$9.574 foi considerado como imobilizados/intangíveis identificados, R\$2.680 foi considerado como custo, e a diferença entre o valor da aquisição e o patrimônio líquido da Empresa, no valor de R\$8.346, foi considerado como ativo de contrato. A Companhia e suas controladas são parte integrante do Grupo GS Inima ("Grupo"), tendo como controladora direta no Brasil a GS Inima Brasil Ltda., e controladora indireta a GS Inima Environment S.A.U, sediada na Espanha, a qual é controlada da GS Engineering & Construction Corporation, sediada na Coreia do Sul. **Fatos relevantes na combinação de negócios - operação descontinuada na controlada Jeceaba:** A GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba"), controlada da Companhia, possui um contrato de execução de projeto, construção, operação e manutenção para o tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica com a usina siderúrgica Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda. ("VSB"). Em 23/04/2021, a VSB exerceu seu direito de rescindir imotadamente o contrato com a Jeceaba (contrato do tipo DBOT - 522457) nos termos da cláusula 64 do instrumento contratual, informando que notificaria a Jeceaba sobre sua decisão de exercer a Opção de Compra da totalidade das ações representativas do capital social, descrita na cláusula 65, ou de adquirir os ativos, na forma da cláusula 55 do contrato. Em 10/09/2021, a VSB notificou a Jeceaba de sua decisão em adquirir os ativos. O montante da operação foi de R\$493.945, referente à compra dos ativos de arrendamento da Jeceaba, com a consequente extinção do contrato entre as partes. Durante os exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023, a Jeceaba não iniciou nenhuma nova operação e a sua Administração está avaliando os possíveis negócios futuros e, portanto, considera deixar a Jeceaba ativa e em busca de novos contratos para a execução de projetos, em linha com a estratégia de seu acionista controlador, para o desenvolvimento e expansão de negócios no segmento de utilidades industriais. Dessa forma, a Jeceaba permanecerá ativa em busca de novos negócios de construção, operação e manutenção de plantas de tratamento de água, efluentes e resíduos aos futuros clientes.

2. Políticas contábeis materiais: 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos

A DIRETORIA

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente

Fernando Schlieper - Diretor Financeiro

Rodrigo Basso - Contador - CRC 1SP 266.229/0-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da GS Inima Industrial S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Industrial S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança *continuação*

PUBLICIDADE LEGAL

continuação

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em

continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 e março de 2025.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes
CRC SP-027623/F

Marcos Roberto Sponchiado
Contador
CRC SP-175536/O-5

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão. As demonstrações financeiras completas auditadas da Companhia podem ser acessadas nos seguintes endereços eletrônicos: <http://www.gsinimabrasil.com.br/informacoes-financeiras/> e https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/.

Brasceras S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 04.535.453/0001-73

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	24.305	49.303	24.343	49.669	Fornecedores	6.192	2.103	6.192	2.103
Contas a receber de clientes	47.086	42.117	46.722	41.758	Empréstimos e financiamentos	5.172	11.524	5.172	11.524
Estoques	44.708	35.076	44.708	35.076	Impostos a recolher	613	1.225	613	1.225
Impostos a recuperar	6.716	2.993	6.716	2.993	Salários e encargos a pagar	2.058	1.846	2.058	1.846
Despesas antecipadas	651	559	645	559	Adiantamento de clientes	19	494	19	494
Outros créditos	317	277	343	1.006	Parcelamentos de impostos	439	594	439	594
Total do ativo circulante	123.783	130.325	123.477	131.061	Outros passivos	252	305	242	320
Não circulante					Total do passivo circulante	14.745	18.091	14.735	18.106
Partes relacionadas	10.206	11.009	9.512	9.255	Não circulante				
Depósitos judiciais	1.220	1.300	1.220	1.300	Empréstimos e financiamentos	8.907	10.957	8.907	10.957
Impostos a recuperar	2.228	1.688	2.228	1.688	Provisão para passivo a descoberto em controladas	1.044	1.033	–	–
Impostos diferidos	3.293	834	3.293	834	Parcelamentos de impostos	438	882	449	882
Outros créditos	3	4	33	9	Provisão para contingências	20	701	20	701
Imobilizado	18.906	15.740	18.919	15.740	Outros passivos	3	237	4	237
Investimentos;	77	10	5	5	Total do passivo não circulante	10.412	13.810	9.380	12.777
Intangível	116	62	103	62	Patrimônio líquido				
Total do ativo não circulante	36.049	30.647	35.313	28.893	Capital social	32.449	32.449	32.449	32.449
Total do ativo	159.832	160.972	158.790	159.954	Reserva de lucros	102.226	96.622	102.226	96.622
					Total do patrimônio líquido	134.675	129.071	134.675	129.071
					Total do passivo e patrimônio líquido	159.832	160.972	158.790	159.954

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	21.288	38.673	21.288	38.673
Ajuste de conversão	(1)	(144)	(1)	(144)
Resultado abrangente do exercício	21.287	38.529	21.287	38.529

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	21.288	38.673	21.288	38.673
Lucro líquido do exercício				
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.082	2.203	2.097	2.203
Aumento de imposto diferido	(2.459)	(418)	(2.459)	(424)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	812	17	812	17
Reversão de contingências	(681)	–	(681)	–
Equivalência patrimonial	69	50	–	–
Juros incorridos e variação cambial sobre empréstimos	6.025	901	6.025	901
Baixa de investimentos	–	(443)	–	(464)
Baixa de imobilizado	49	–	49	–
Incentivos fiscais	(26.106)	(28.897)	(26.106)	(28.897)
Ajuste de conversão e outros impactos	–	(144)	4	(144)
Redução ou aumento nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(5.781)	4.140	(5.781)	3.616
Impostos a recuperar	(4.263)	3.435	(4.263)	3.452
Estoques	(9.633)	8.608	(9.633)	8.608
Outros créditos	(131)	32	553	(733)
Depósitos judiciais	80	(78)	80	(78)
Fornecedores	4.089	(2.620)	4.089	(2.620)
Impostos a recolher	25.493	31.359	25.493	31.346
Salários e encargos a pagar	212	(13)	212	21
Aumento em outros passivos	(1.363)	(211)	(1.374)	(222)
Partes relacionadas	803	(27)	(577)	(631)
Caixa gerado pelas (Aplicado nas) operações	10.585	56.567	10.148	55.552
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(2.887)	–	(2.887)
Juros pagos sobre empréstimos	(2.313)	(2.176)	(2.313)	(2.176)
Caixa gerado pelas (Aplicado nas) atividades operacionais	8.272	51.504	7.835	50.489
Fluxo de caixa atualizado nas atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(5.350)	(2.051)	(5.365)	(2.051)
Aquisição de ativo intangível	–	(60)	–	(60)
Novo investimento	(124)	(27)	–	–
Empréstimos concedidos a coligadas	–	(1.350)	–	–
Resgate de aplicação financeira	–	1.155	–	1.155
Caixa gerado pelas (Aplicado nas) atividades de investimentos	(5.474)	(2.333)	(5.365)	(956)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	42.396	–	42.396
Amortização de empréstimos – Principal	(12.113)	(34.903)	(12.113)	(34.903)
Dividendos pagos	(15.683)	(15.399)	(15.683)	(15.399)
Parcelamentos (Líquido)	–	(518)	–	(518)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(27.796)	(8.424)	(27.796)	(8.424)
Aumento de caixa e equivalente de caixa	(24.998)	40.747	(25.326)	41.109
Caixa e equivalente de caixa				
Saldo no início do exercício	49.303	8.556	49.303	8.560
Saldo no final do exercício	24.305	49.303	24.343	49.669
Aumento de caixa e equivalente de caixa	(24.998)	40.747	(25.326)	41.109

	Controladora		Consolidado		Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	309.864	309.739	310.749	309.739	Resultado financeiro				
(-) Custo dos produtos vendidos	(281.409)	(261.571)	(282.252)	(261.571)	Receitas financeiras	8.299	8.616	8.322	8.614
Lucro bruto	28.455	48.168	28.497	48.168	Despesas financeiras	(9.297)	(11.598)	(9.312)	(11.605)
Despesas operacionais, líquidas					Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.829	41.997	18.810	41.991
Despesas comerciais	(15.464)	(13.772)	(15.464)	(13.772)	Corrente	–	(3.742)	–	(3.742)
Despesas administrativas	(18.138)	(19.584)	(18.276)	(19.615)	Diferido	2.459	418	2.478	424
Outras receitas líquidas das despesas	25.043	30.217	25.043	30.201	Lucro líquido do exercício	21.288	38.673	21.288	38.673
Resultado de equivalência patrimonial	(69)	(50)	–	–	Lucro por ação:	0,66	1,19	0,66	1,19
Total	19.827	44.979	19.800	44.982					

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros		CTA	Patrimônio líquido	Participação de minoritários	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva de resultados acumulados	Reserva legal	Reserva de resultados acumulados				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.449	72.589	6.490	(5.586)	–	105.942	(464)	105.478	
Resultado do exercício	–	–	–	38.672	–	38.672	–	38.672	
Constituição de reserva	–	–	–	(28.897)	–	–	–	–	
Dividendos	–	–	–	(2.800)	–	(15.399)	–	(15.399)	
Outros impactos	–	–	–	8.410	–	–	–	–	
Variação cambial de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	(144)	(144)	–	(144)	
Baixa de Investimento	–	–	–	–	–	–	464	464	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.449	90.276	6.490	–	(144)	129.071	–	129.071	
Resultado do exercício	–	–	–	21.288	–	21.288	–	21.288	
Constituição de reserva	–	–	–	(26.106)	–	–	–	–	
Dividendos (Nota 15.d)	–	–	–	(15.683)	–	(15.683)	–	(15.683)	
Outros impactos	–	–	–	4.818	–	–	–	–	
Variação cambial de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	(1)	(1)	–	(1)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.449	95.881	6.490	–	(145)	134.675	–	134.675	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – 1.1. Contexto operacional: A Brasceras é uma sociedade com sede na Avenida Copacabana, 238, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social: • Comércio de parafinas; • Entablamento de parafinas; • Comércio de produtos químicos em geral; • Fabricação de produtos químicos próprios; • Fabricação e comercialização de emulsão de parafina; • Importação e exportação; • Transporte rodoviário de cargas, em veículos próprios ou de terceiros. Além disso, a Companhia possui participação societária na Cibravelas Indústria de Velas Ltda. ("Cibravelas"), com instalações industriais na cidade de Madre de Deus e Brasceras Espanha, ambas operando na mesma linha de negócios da Companhia. **1.2. Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 04 de abril de 2025. **1.3. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações

financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2. Resumo das práticas contábeis – 2.1. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da entidade controlada pela Companhia (sua controlada) elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta,

ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, e; • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Todas as transações, saldos, receitas e fluxos de caixa entre as Empresas do Grupo e a Companhia são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo.

Kleber Reimberg Gutschow – Diretor Presidente

Andreia Zebellini – Contadora CRC 1SP 159.233/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos administradores e acionistas

Brasceras S/A Indústria e Comércio – Barueri-SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Brasceras S/A Indústria e Comércio ("Brasceras" ou "Companhia") e suas controladas, identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individual e consolidada do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém volumes significativos de transações de mútuos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados destas operações, bem como sua posição patrimonial e financeira, podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e**

consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adot

PUBLICIDADE LEGAL

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

CNPJ nº 16.832.157/0001-13

Aviso - Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão. As demonstrações financeiras completas auditadas da Companhia podem ser acessadas nos seguintes endereços eletrônicos: <https://www.samar.eco.br/informacoes-financeiras/> e no jornal <https://datamercantil.com.br/>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	200	3.552	48.446	2.336	2.336	28.206	-	81.324
Contas a receber	21.251	17.124	-	-	-	-	9.086	9.086
Estoques	2.236	2.636	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	354	29	-	454	-	-	(454)	-
Outros créditos	1.214	583	-	-	454	-	(454)	-
Total do ativo circulante	25.255	23.924	48.446	2.790	2.790	34.340	-	88.366
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras	549	497	-	602	-	-	12.048	12.048
Contas a receber	247	395	-	-	602	-	(602)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.419	1.205	-	-	-	-	(2.710)	(2.710)
Outros créditos	2.215	2.097	-	-	-	8.134	(8.134)	-
Ativo de contrato	10.920	4.291	-	-	-	-	-	-
Intangível	253.558	254.197	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	266.693	260.585	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	291.948	284.509	48.446	3.392	3.392	42.474	-	97.704
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	4.759	4.739	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	363	1.580	(16.966)	(15.088)	-	-	53	53
Fornecedores	5.626	6.131	70	139	-	-	16.098	13.397
Obrigações sociais	4.220	4.299	(16.896)	(14.949)	-	-	7.690	7.899
Obrigações fiscais	953	1.441	34.876	34.629	-	-	-	-
Concessão de serviços públicos	7.073	6.760	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	6.995	6.329	1.943	2.651	-	-	816	885
Partes relacionadas	8.402	6.615	(18.649)	(23.622)	-	-	137	175
Outras obrigações	1.263	602	(16.706)	(20.971)	-	-	257	250
Total do passivo circulante	39.654	38.496	18.170	13.658	-	-	61	1.440
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	69.827	74.284	-	-	-	-	6.639	10.911
Arrendamento mercantil	4.395	4.410	(6.336)	(4.519)	-	-	-	-
Partes relacionadas	12.377	11.561	214	(53)	-	-	1.709	(528)
Concessão de serviços públicos	67.631	66.596	(6.122)	(4.572)	-	-	1.709	(528)
Provisão para ações judiciais	360	796	12.048	9.086	-	-	1.091	(266)
Total do passivo não circulante	154.590	157.647	0,25	0,19	-	-	(436)	405
Total do passivo	194.244	196.143	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido								
Capital social	48.446	48.446	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	49.258	39.920	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	97.704	88.366	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	291.948	284.509	-	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia") foi constituída em 23 de agosto de 2012, com sede na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba/SP, e possui como objeto a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos. Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$14.399 (R\$14.572 em 31 de dezembro de 2023) e apresentou índice de liquidez corrente de 0,64 (0,62 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia vem apresentando lucro líquido no montante de R\$12.048 (R\$9.086 em 2023) e uma reserva de lucro retidos no montante de R\$42.474 (R\$34.340 em 31 de dezembro de 2023), bem como apresenta caixa gerado nas atividades operacionais em 2024 de R\$34.646 (R\$37.309 em 2023). A Administração da Companhia entende que não há indícios de descontinuidade operacional. A Administração da Companhia afirma que, através de suas projeções de fluxos de caixa futuros do seu plano de negócios, terá caixa suficiente para garantir o pagamento de todas as suas obrigações de curto prazo, previstas até o encerramento do exercício de 2024. O plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia está pautado em: (i) Reequilíbrio contratual gerando mais recursos; (ii) Monitorar os títulos atrasados para diminuição

da inadimplência; (iii) Redução de custos operacionais e aumento da produtividade gerando aumento das margens operacionais. A Administração da Companhia entende que as ações mencionadas acima possibilitam a manutenção de suas atividades operacionais e garantem a manutenção do caixa necessário para sua operação e cumprimento das obrigações futuras. Devido à grande importância dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário, a Companhia continua investindo na ampliação de suas estações de tratamento. Tais investimentos estão totalmente atrelados à expansão das estações de tratamento realizada nos últimos anos, além de proporcionar o aumento da capacidade da prestação do serviço oferecido pela Companhia. **2. Políticas contábeis materiais:** **2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as divulgações emanadas da Orientação Técnica OTCPC-07 - Evidenciação na Orientação dos Relatórios Contábeis-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 20 de março de 2025.

DIRETORIA

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente
Eduardo Henrique Telles Caldeira - Diretor Técnico
Rodrigo Basso - Contador - CRC 1SP 266.229/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A., Araçatuba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é

responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos

entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 20 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes
CRC SP-027623/F

Marcos Roberto Sponchiado
Contador
CRC SP-175536/O

Taxas de juros sobem alinhadas a alta do dólar e aversão ao risco no exterior

Os juros futuros fecharam a sessão com alta firme, diante da aversão ao risco elevada pela confirmação do governo dos EUA da aplicação de tarifas adicionais de 50% à importação de produtos chineses. A busca por segurança penalizou o real e levou junto a curva de juros. As taxas na B3 chegaram a abrir quase 20 pontos-base nas máximas em alguns vencimentos, em meio ainda à volatilidade no segmento dos Treasuries.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 fechou em 14,765%, de 14,678% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2027 subiu de 14,20% para 14,39%. O DI para janeiro de 2029 terminou com taxa de 14,32%, de 14,12% segunda no ajuste.

Os mercados percorreram a manhã sob suspense, já que o prazo dado pelos EUA à China para retirada da tarifa de 34% às importações dos EUA venceria às 13h. O país asiático não retrocedeu e a tarifa adicional de 50%, totalizando 104% em sobretaxas, começará a ser cobrada hoje. O dólar à vista subiu mais de 1% e resvalou novamente na marca de R\$ 6, reforçando os riscos inflacionários em meio a dúvidas sobre qual será a postura do Federal Reserve num eventual cenário de estagnação nos EUA, diante de seu duplo mandato.

IstoÉDinheiro



PUBLICIDADE LEGAL

Tensão EUA-China e commodities puxam Ibovespa para abaixo de 124 mil pontos

A escalada da tensão comercial entre os Estados Unidos e a China turbinou a tese de que haverá uma desaceleração econômica mundial, o que tende a limitar a demanda por commodities. Em efeito dominó, ações ligadas ao minério de ferro e ao petróleo – com grande peso na Bolsa brasileira – são destaque de baixa e prejudicam o Ibovespa, que perdeu o nível dos 124 mil pontos no período da tarde desta terça-feira, 8.

O Ibovespa fechou em queda de 1,32%, aos 123.931,89 pontos, após mínima (-1,70%) aos 123.454,24 pontos e máxima (+1,64%) aos 127.651,60 pontos. O giro financeiro totalizou R\$ 27,4 bilhões.

A máxima do índice foi pela manhã, na esteira da recuperação em Wall Street. O mercado aguardava ansiosamente pela badalada do relógio das 13 horas (de Brasília), limite imposto pelos EUA para que a China remove a tarifa recíproca de 34% imposta em retaliação aos 34% dos EUA sobre produtos chineses.

Contudo, perto do horário, a China não apenas não removeu a tarifa, como disse que vai “lutar até o fim” caso o governo Donald Trump leve adiante a aplicação de sobretaxas e iniciou uma disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra tarifas recíprocas. Pouco depois, o Ibovespa tocou mínimas, acompanhando também o movimento das bolsas de Nova York – que ainda testavam uma recuperação.

IstoÉDinheiro

Tredici Participações S.A.					
CNPJ/MF nº 36.048.324/0001-47					
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)					
Balço Patrimonial			Demonstração do Resultado do Exercício		
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.205	3.088	Contas a Pagar	2.450.000	-
Outros créditos	30.225	10.225	Mutuo	-	78.996
Total do circulante	32.430	13.313	Total do circulante	2.450.000	78.996
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Outras contas a pagar	-	-
Investimentos	36.451.067	39.579.834	Total do não circulante	-	-
Total realizável a longo prazo	36.451.067	39.579.834	Patrimônio líquido		
Total do não circulante	36.451.067	39.579.834	Capital social	11.235.001	10.035.001
Total do ativo	36.483.496	39.593.148	Reserva Legal	2.247.000	2.007.000
			Adto P/ Futuro Aumento de Capital	2.450.000	-
			Resultado do exercício	22.869.344	28.856.499
			(-) Lucros distribuídos	(32.000.000)	(13.054.444)
			Lucros acumulados	27.232.151	11.670.096
			Total do patrimônio líquido	34.033.496	39.514.152
			Total do passivo	36.483.496	39.593.148

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. **Contexto operacional** – Tredici Participações S.A. sociedade anônima fechada limitada, com sede social na cidade de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo, na Avenida Oceania, 56, Sala 03 Polo Empresarial, Bairro Tambore, SP, CEP 06.543-308. A sociedade tem fins lucrativos e tem por finalidade a industrialização, beneficiamento, montagem ou acondicionamento de equipamentos de telefonia e informática; montagem e integração de placas de circuito impresso e de partes e peças eletrônicas; a venda, comercialização, locação e manutenção de equipamentos de telecomunicações, informática, telefonia, sistemas de redes de dados, vídeo conferência, segurança e vigilância de rede de dados; a importação e a exportação de equipamentos de informática e telecomunicações; a prestação de serviços na área de intermediação de planos de serviços de telefonia móvel; a representação comercial; a prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas eletrônicos de processamento de dados (software), comercialização de sistemas e outros produtos voltados para informática; a licença de uso de software, instalação e manutenção de software e hardware; a prestação de serviços de engenharia e construção de tubulações, e o teleprocessamento. A empresa mantém filiais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. 2. **Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis** – As demonstrações financeiras da Tredici Participações S.A. são de responsabilidade da Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), posteriores alterações trazidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). 3. **Práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis** – a) **Auração do resultado**: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas pelo valor bruto, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Empresa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos comerciais e encargos sobre vendas. b) **Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**: b1) **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. b2) **Transações denominadas em moeda estrangeira**: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. c) **Instrumentos financeiros**: Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação: c1) **Instrumentos mantidos até o vencimento**: Se a empresa tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. c2) **Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**: Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. c3) **Outros**: Outros instrumentos financeiros não

derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. d) **Caixa e equivalentes de caixa**: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas demonstrações contábeis. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, e estão demonstradas na Nota 4. e) **Contas a receber de clientes**: Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. f) **Estoques/Equipamentos Expansão**: Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e ajustados, não superiores ao valor de mercado. g) **Imobilizado e depreciação**: O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, levando em conta a segregação entre os gastos de capital e gastos do período. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica e remanescente dos bens. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. h) **Intangível e amortização**: Refere-se a gastos relacionados à aquisição ou desenvolvimento de software. Sua amortização está sendo realizada de acordo com as projeções de resultados dos negócios que lhes deram origem. i) **Recuperação de ativos**: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido exceto o valor recuperável, é constituído uma provisão para deterioração, ajustado o valor contábil líquido ao valor recuperável. j) **Outros ativos e passivos**: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. k) **Passivos**: Reconhecidos no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A determinação da obrigação estimada relativa a processos fiscais, cíveis e trabalhistas envolve julgamento profissional por parte da Administração. A Empresa está sujeita a diversas demandas, sendo parte em processos fiscais, cíveis e trabalhistas sobre diversos assuntos, decorrentes do curso normal das suas atividades de negócios. A Empresa contabiliza provisão para perdas prováveis nos referidos processos passíveis de serem estimadas com razoável precisão. O julgamento da Empresa está baseado na opinião dos seus advogados externos. Os saldos são ajustados de forma a refletir mudanças nas circunstâncias dos processos em andamento. Os resultados efetivos podem vir a diferir das referidas estimativas. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço. Os itens de longo prazo estão ajustados a valor presente quando pertinente. l) **Tributação**: As receitas de vendas e serviços no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Alíquotas
IPÍ – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 a 15%
ICMS – Imposto sobre Circularização de Mercadorias	04% a 19%
ISS – Imposto sobre serviços	0 a 5%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%
COFINS – Contribuição ara Seguridade Social	3,00%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável líquido, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre

Demonstração do Resultado do Exercício

Receita bruta de vendas

Venda de mercadorias

(=) Receita operacional líquida

(-) Custo dos produtos vendidos

(=) Lucro bruto

(-) Despesas operacionais

Despesa com Clientes 18 (400) (5.720)

Administrativas 18 (5.388) -

Despesas tributárias 18 (882) (242)

Outras Despesas/Receitas Operacionais 18 - -

(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro (6.670) (5.512)

(+) Receitas financeiras 19 159 17

(-) Despesas financeiras 19 (21.177) (1.411)

(=) Lucro Operacional depois do resultado financeiro (21.018) (1.394)

(+/-) Resultado não operacional líquido

Outras Receitas não Operacionais - 655.229

Equivalência patrimonial 22.987.032 28.424.954

Resultado de exercícios anteriores - -

(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social 22.869.344 29.080.188

(-) IRPJ e contribuição social 15 - (216.773)

(-) Resultado líquido do exercício 22.869.344 28.866.499

o lucro tributável líquido. Ambos sob forma de tributação trimestral. m) **Empréstimos e financiamentos**: Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias ou cambiais, conforme aplicável. n) **Estimativas contábeis**: São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; a provisão para contingências e o valor justo dos instrumentos financeiros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. **Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	2.205	3.088
	2.205	3.088

5. **Outras contas a receber**

	31/12/2024	31/12/2023
Outros Créditos	30.225	10.225
	30.225	10.225

6. **Investimentos**

	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos	36.451.067	39.579.834
Total dos Investimentos	36.451.067	39.579.834

7. **Despesas operacionais**

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Administrativas	(5.388)	(5.720)
Despesas Tributárias	(882)	(242)
	(6.270)	(5.512)

8. **Resultado financeiro**

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras	22.897.032	28.424.954
Equivalência patrimonial	159	17
Receitas Financeiras	22.897.191	28.424.971

Despesas Financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Tarifas bancárias	(21.177)	(1.411)
	(21.177)	(1.035)

9. **Instrumentos financeiros e gestão de risco** – Ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas. Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa não possuía contratos de Swap ou Hedge. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, verificando em consequência, se o ajuste a mercado de suas aplicações financeiras está sendo corretamente efetuado pelas instituições administradoras de seus recursos. a) **Risco de crédito**: As políticas de vendas da Empresa estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). b) **Risco de taxa de câmbio**: Os resultados da Empresa são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar estão substancialmente afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar. c) **Seguros**: A Empresa mantém cobertura de seguros visando cobrir eventuais riscos operacionais, e com coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas junto a instituições seguradoras nacionais, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros. **Conclusão sobre as demonstrações financeiras**: Com base nos trabalhos realizados para o exercício de 2024, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Diretoria

José Messias Costa da Silva – Contador CRC 1SP 151.600/0-2

Unik Investimentos AI Ltda.

CNPJ/MF: nº 54.585.396/0001-05 - NIRE: 352.635.859

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os sócios da Unik Investimentos AI Ltda. (“Sociedade”), nos termos do Contrato Social da Sociedade e em estrita conformidade com o artigo 1.071 e seguintes da Lei nº 10.406/02 (“Código Civil”), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Sócios, a realizar-se de forma virtual (via plataforma Teams, através do link: [**DATA MERCANTIL**](https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_NTY4ZGEyMzltMTU1MS00NTE4LTkzMzU1NDQ2Y211YQ2MGEy%40thread_v2/0?context=%7b%22tid%22%3a%2200d1c4c4-973a-4bd9-a55f-f938d5884c60%22%2c%22oid%22%3a%22c27e13ea-c6b2-4320-8d75-e03e20c5a72b%22%7d) em 22 de abril de 2025, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 10:30 horas, em segunda convocação, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de sócios titulares de no mínimo ¼ do capital social da Sociedade e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos do artigo 1.074 do Código Civil, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) exclusão, por justa causa, da sócia Michelle Nakanishi, nos termos do Artigo 1.085 do Código Civil e da Cláusula 12ª prevista na 5ª Alteração do Contrato Social da Sociedade. Barueri/SP, 08 de abril de 2025. Antônio Carlos Paes de Oliveira - Administrador. (09, 10 e 11/04/2025)</p>
</div>
<div data-bbox=)

SEMPRE ORIENTANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

datamercantil1.com.br



Brassinter S.A. Indústria e Comércio

CNPJ 56.994.460/0001-37

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da Brassinter S.A. Indústria e Comércio a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), no dia 23 de abril de 2025 às 09 hrs na sede social da companhia, Avenida das Nações Unidas, 21344, São Paulo/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: 1º) Relatório da Administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2024; 2º) Eleição da Diretoria; 3º) Fixação de honorários da Diretoria; e 4º) Demais assuntos de interesse da Companhia. Achem-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024. São Paulo, 07 de abril de 2025. Ary Frederico Torres Neto - Diretor Superintendente. (09, 10 e 11.04.2025)

Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81 - NIRE 35.300.028.953

Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de Abril de 2.025, Quinta-Feira, às 10:00 horas, no Hotel Ibis São Paulo Expo, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 – Barra Funda – São Paulo/SP – Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2.024. II – Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12.024. III – Outros assuntos. Guarulhos/SP, 27 de Março de 2.025. Demetrio Augusto Zacharias – Diretor Presidente. (08, 09 e 10.04.2025)

Acesse nosso site e fique por dentro das principais notícias do dia:

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Sijobe Administração de Bens e Participações S.A.

CNPJ nº 02.085.820/0001-59

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31.12.2024 e 2023 - (Em Reais)

Balanco Patrimonial		Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido		Demonstrações do Resultado do Exercício		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo			Capital Social Integralizado		Reservas De Capital	
Circulante						Lucros ou Prejuízos Acumulados
Bancos Conta Movimento	1,00	1,00	1.922.754,00	4.078.350,78	598.251,52	598.251,52
Aplicações Financeiras	78.386,93	2.227.486,01				(598.251,52)
Cientes	10.000.000,00	10.000.000,00				5.640.922,29
Adiantamento a Fornecedores	-	3.850,00				(8.711.525,62)
Estoque	23.979.769,72	20.302.970,96				(3.070.603,33)
Outros Créditos	1.787,50	1.886,78				(5.640.922,29)
Total do Ativo Circulante	34.059.945,15	32.536.194,75				8.711.525,62
Não-Circulante						2.665.684,77
Imobilizado	1.465.760,14	1.465.760,14				(2.418.929,68)
Investimentos	510.100,00	626.344,50				246.755,09
Total do Ativo Não-Circulante	1.975.860,14	2.092.104,64				(2.665.684,77)
Total do Ativo	36.035.805,29	34.628.299,39				2.418.929,68
Passivo						2.743.386,71
Circulante						(1.578.311,09)
Fornecedores	2.200,00	2.200,00				1.165.075,62
Outras Contas A Pagar	72.792,31	572.275,59				
Obrigações Trabalhistas	6.067,58	30.189,31				
Obrigações Tributárias	15.442,85	18.055,70				
Tributos Fiscais Diferidos	667.000,00	667.000,00				
IRPJ e CSLL a Pagar	105.595,00	179.513,03				
Total do Passivo Circulante	869.097,74	1.469.233,63				
Não-Circulante						
Empréstimos - Partes						
Relacionadas	29.690.773,87	28.894.243,27				
Outras Obrigações LP	535.350,00	489.314,43				
Total do Passivo Não-Circulante	30.226.123,87	29.383.557,70				
Patrimônio Líquido						
Capital Social	1.922.754,00	1.922.754,00				
Reservas	1.852.754,06	1.605.998,97				
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.578.311,09)	(2.418.929,68)				
Lucros ou Prejuízos do Exercício	2.743.386,71	2.665.684,77				
Total do Patrimônio Líquido	4.940.583,68	3.775.508,06				
Total do Passivo	36.035.805,29	34.628.299,39				
Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método indireto						
Atividades Operacionais						
Resultado do Exercício	2.743.386,71	2.665.684,77				
Itens que não Afetam o Caixa						
Depreciações e Amortizações	0,00	0,00				
Superávit (Déficit) do Exercício	2.743.386,71	2.665.684,77				
Redução (Aumento) de Ativos						
Adiantamentos Á Fornecedores	3.850,00	(3.850,00)				

George Alfredo Salem Nastas - Sócio - Administrador Andre Dalecio Soares - Contador - CRC 1SP314568/O-8

Apostadores destinam até R\$ 30 bilhões por mês a bets, informa BC



A regulamentação das apostas online não inibiu o interesse do brasileiro pelos jogos de azar. De janeiro a março, os apostadores destinaram até R\$ 30 bilhões por mês às bets, disse nesta terça-feira, 8 o secretário-executivo do Banco Central (BC), Rogério Lucca. Ele e o presidente do órgão, Gabriel Galípolo, falaram à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets do Senado.

Segundo Lucca, no ano passado, quando o mercado ainda não estava regulado, o BC tinha estimado em torno de R\$ 20 bilhões por mês o fluxo gasto com apostas eletrônicas. Com a atualização dos dados após a regulação, que entrou em vigor em 1º de janeiro, o BC constatou que o valor ficou um pouco superior, entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões.

"A gente chegou à época [no ano passado] a um valor médio mensal de R\$ 20 bilhões de fluxo para esses sites. Durante este ano, de janeiro a março, o valor que a gente acompanha para efeito de atividade gira em torno de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões por mês, ratificando o que a gente tinha estimado no fim do ano passado", disse Lucca.

O acompanhamento tornou-se mais efetivo após as bets legalizadas serem obrigadas a registrar uma conta bancária com uma Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) específica. O BC esclareceu que os dados são apenas para consumo interno e não serão divulgados periodicamente. IstoÉDinheiro

Cooperativa Terenas Energia

CNPJ/MF nº 48.275.784/0001-97 | NIRE 354.002.003-16

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados da Cooperativa Terenas Energia a ser realizada em 22 de abril de 2025

A **Cooperativa Terenas Energia**, sociedade civil sob o regime jurídico de Cooperativa, constituída em 19 de setembro do ano de 2022, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 618, sala 31, Itaim Bibi, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP: 04.530-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 48.275.784/0001-97, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 354.002.003-16, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Cooperativa"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Carlos Alberto de Carvalho Caselli**, vem convocar todos os Cooperados ("Cooperados"), nos termos do artigo 38 da Lei nº 5.764/71, e do artigo 24 do "Estatuto Social da Cooperativa Terenas Energia" ("Estatuto Social"), a reunirem-se, em Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados, a ser realizada no dia 22 de abril de 2025, (1) em 1ª (primeira) convocação às 10h00min; (2) não havendo quórum para instalação em primeira convocação, em 2ª (segunda) convocação às 11h00min, e por fim, (3) caso também não se atinja o quórum para instalação em segunda convocação, em 3ª (terceira) convocação às 12h00min, a ser realizada de modo exclusivamente digital, conforme permitido no parágrafo único, Artigo 43-A, da Lei nº 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971, por meio de videoconferência, na plataforma "MS Teams" ("Asssembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** a ratificação da aprovação da participação pela Cooperativa como LICITANTE no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24.572/2024-D/JUAS DE ATUAÇÃO Nº 986921 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE-SP, realizado pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande do Estado de São Paulo no dia 07 de abril de 2025 ("Pregão Eletrônico"), conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 04 de abril de 2025; **b)** a autorização expressa para os administradores e/ou representantes legais da Cooperativa, bem como procuradores bastante constituídos nos termos do Estatuto Social da Cooperativa, praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias à participação da Cooperativa como LICITANTE no Pregão Eletrônico; e **c)** ratificação dos atos já praticados pelos administradores, representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos relacionados às deliberações anteriores. A Cooperativa ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 2/3 (dois terços) da totalidade dos Cooperados; em 2ª (segunda) convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um da totalidade de Cooperados na data da Convocação; e, em 3ª convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 10 (dez) Cooperados, conforme previsto no artigo 40 da Lei nº 5.764/71 e no artigo 27 do Estatuto Social. Para a aprovação da ordem do dia, serão necessários votos de Cooperados que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Cooperados presentes na Assembleia, conforme previsto no parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 5.764/71 e no parágrafo único do artigo 36 do Estatuto Social. Em conformidade com o previsto na alínea e, do artigo 25 do Estatuto Social, esclarece-se que, o número total de Cooperados, com direito a voto na data da publicação deste edital é de 25.788 (vinte cinco mil, setecentos e oitenta e oito) Cooperados. Para participação na Assembleia, os Cooperados deverão apresentar os seguintes documentos: **(i) Cooperado - Pessoa Física:** a) documento de identidade do Cooperado, contendo no mínimo o número do RG, do CPF, foto e assinatura. **(ii) Cooperado - Pessoa Jurídica:** a) estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; **b)** documento que comprove os poderes de representação, tais como, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou procuração acompanhada do ato societário que elegeu o signatário da procuração; e **c)** documento de identidade do(s) representante(s) da pessoa jurídica, contendo no mínimo o número do RG, do CPF, foto e assinatura. De modo a facilitar os trabalhos na Assembleia, a Cooperativa sugere que os Cooperados que desejem participar da Assembleia, enviem, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail comunicacao@terenasgd.com.br, sendo que, somente serão aceitos documentos recebidos no referido e-mail até 30 (trinta) minutos antes do início de cada convocação. Por fim, a Cooperativa ressalta que, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 42 da Lei nº 5.764/71, "não será permitida a representação por meio de mandatário", de forma que nenhum cooperado poderá ser representado por Procurador no âmbito da presente Assembleia. Após o horário de início da Assembleia, os Cooperados que tiverem sua presença verificada, em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente, sendo que a Assembleia será gravada para fins de apuração de votos. A Cooperativa permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Cooperados no interm da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo-SP, 09 de abril de 2025. **Cooperativa Terenas Energia | Carlos Alberto de Carvalho Caselli - Presidente da Cooperativa Terenas Energia.**

Coroa (Suécia) - 0,5928	Peso (Chile) - 0,00595
Dólar (EUA) - 5,9368	Peso (México) - 0,2867
Franco (Suíça) - 6,9379	Peso (Uruguai) - 0,1385
Iene (Japão) - 0,04038	Yuan (China) - 0,809
Libra (Inglaterra) - 7,5801	Rublo (Rússia) - 0,06916
Peso (Argentina) - 0,00552	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,4788

Hidroviros do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/ME nº 34.189.633/0001-01 - NIRE 35.300.538.391

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de março de 2025

Data, Horário e Local: 10 de março de 2025, às 08:00 horas, na sede da **Hidroviros do Brasil Administração Portuária Santos S.A.**, localizada na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Eduardo Pereira Guinle, s/nº, Armazéns XII e XVII e Armazém de Sal (T-8), Bairro Docas, CEP 11.013-250 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), foram dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade de seu capital social, ficando regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. **Mesa:** Presidida por Ricardo Luiz Cerqueira e Secretariada por Stella Sampere Squarizi. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia. A única acionista da Companhia, após análise e discussão da matéria constante na ordem do dia, deliberou por, sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições: **(i) Aprovar a eleição do Sr. Harro Ricardo Schlorke Burmann**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador de Cédula de Identidade nº 1027286861 SSP/PC RS e inscrito no CPF/ME sob nº 509.463.150-00, com endereço comercial na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor da Companhia, a partir desta data, mediante a assinatura do Termo de Posse constante do Anexo I ao presente instrumento, pelo prazo remanescente dos demais membros da Diretoria. Após o cumprimento das formalidades legais, o Diretor ora eleito declara ter conhecimento e atender às disposições do artigo 147 da Lei das S.A. e que foi investido imediatamente em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento devidamente arquivados na sede da Companhia. Com base na aprovação ora deliberada, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: Srs. **Ricardo Luiz Cerqueira** - Diretor; **Andre Saleme Hachem** - Diretor; e **Harro Ricardo Schlorke Burmann** - Diretor. todos com mandato unificado até a data de 12 de maio de 2025, podendo ser reeleitos. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. **1. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das S.A., a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Santos, 10 de março de 2025. **Mesa:** **Ricardo Luiz Cerqueira** - Presidente; **Stella Sampere Squarizi** - Secretária. **Acionista:** **Hidroviros do Brasil - Holding Norte S.A. Fabio Abreu Schettino** - Diretor, **Andre Saleme Hachem** - Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 126.332/25-3 em 03/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

SPE Cristina Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97 - NIRE 35.300.654.609

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária (a ser realizada de modo exclusivamente Digital)

Ficam convocados, pelo Diretor Presidente, os senhores acionistas da **SPE Cristina Energia S.A.** ("Companhia") para se reunirem em assembleia geral extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 16 de abril de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** a destituição de Bruno de Moraes de Moraes, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.363.000-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 372.415.078-43, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, do cargo de Diretor Presidente; e **(ii)** a eleição de Sérgio Fonseca, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 24.996.879-4 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 260.448.748-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04538-133, para o cargo de Diretor Presidente. **Procedimentos para participação: Informações acerca da participação dos acionistas na AGE.** Documentos. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão se cadastrar por meio do e-mail mc.vargas@energo-pro.com devendo, para tanto, apresentar à Companhia, (i) em caso de pessoas físicas, cópia do documento de identificação; e (ii) em caso de pessoas jurídicas, (a) documento de identificação do representante legal do acionista; e (b) cópia simples ou original do seu ato constitutivo, devidamente registrado nos órgãos de registro aplicáveis, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria devidamente registrada nos órgãos de registro aplicáveis). Para maior celeridade do processo da AGE, a Companhia solicita que os acionistas se cadastrem para participar na AGE e enviem a documentação aqui mencionada até, pelo menos, 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE. **Participação Remota.** A AGE será realizada de forma digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams. A Companhia enviará por e-mail aos acionistas (ou aos seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos) que tiverem se cadastrado por meio do e-mail descrito acima as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGE. Caso o acionista não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGE até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da AGE, deverá entrar em contato com a Companhia por meio dos contatos indicados abaixo e solicitar suas respectivas instruções para acesso. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Companhia solicita aos acionistas que acessem o sistema eletrônico disponibilizado para a participação na AGE com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGE, tendo em mãos documento de identidade. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, incluindo aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar a Companhia pelo seguinte meio: mc.vargas@energo-pro.com. 8 de abril de 2025. **Bruno Marques de Moraes** - Diretor Presidente. (09, 10 e 11/04/2025)

PUBLICIDADE LEGAL

Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A.

CNPJ/MF nº 08.808.179/0001-10

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial				Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido				Atribuível aos acionistas da Companhia					
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital Social Integralizado	Reserva legal	Opções Outorgadas	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	Participações dos não controladores		Total
	2024	2023	2024	2023							não controladores	Total	
Ativo Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	58.209	61.714	58.304	62.025	97.259	-	5.707	-	(3.209)	99.757	(16,8)	3,4	99.740
Clientes	3.523	5.257	3.523	5.257	-	-	-	-	(9.511)	(9.511)	-	-	(9.508)
Clientes – Empresas do grupo	-	503	-	-	-	-	1.813	-	-	1.813	-	-	1.813
Impostos à recuperar	1.404	941	1.535	1.067	-	-	-	-	-	-	-	13,4	13
Outros créditos	1.423	158	1.423	158	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo circulante	64.559	68.573	64.785	68.507	97.259	-	7.520	-	(12.720)	92.059	-	-	92.059
Ativo não circulante													
Partes relacionadas	1.530	1.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos à recuperar	1.050	1.050	1.050	1.050	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos ativos	3.159	-	3.159	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.529	1.669	1.529	1.669	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	33.213	31.047	33.213	31.047	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	40.481	34.942	38.590	33.766	-	-	-	-	(1.325)	91.927	-	-	91.927
Total do ativo	105.040	103.515	103.373	102.273	-	-	-	-	(14.045)	183.986	-	-	184.006
Passivo													
Passivo e patrimônio líquido													
Passivo circulante													
Financiamentos	124	203	124	203	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	681	647	687	648	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	835	867	835	868	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas	8.301	7.561	8.301	7.561	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	495	114	495	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	376	376	376	376	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo circulante	10.812	9.768	10.818	9.770	-	-	-	-	(1,04)	-	-	-	-
Passivo não circulante													
Outras obrigações	2.300	1.688	992	444	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	2.300	1.688	992	444	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	13.112	11.456	11.810	10.214	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido													
Capital social	97.259	97.259	97.259	97.259	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva plano de outorga de ações	8.713	7.520	8.713	7.520	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(14.045)	(12.720)	(14.045)	(12.720)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	91.927	92.059	91.927	92.059	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	105.040	103.515	103.373	102.273	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de fevereiro de 2007. Em 12 de fevereiro de 2020, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a alteração do tipo jurídico da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações. Empresa genuinamente brasileira, com sede na cidade de São José dos Campos, se consolidou como a maior plataforma tecnológica que atende as corporações que se relacionam com o agronegócio. A Companhia e sua controlada (conjuntamente "Grupo"), tem como principal atividade operacional o desenvolvimento e entrega de soluções digitais baseadas em sistemas geográficos, cruzamento de dados multi fonte e metodologias/know-how, com processamento de informações tabulares e espaciais, integração de sistemas, uso de aplicações mobile e técnicas derivadas de sensoriamento remoto. Normalmente, nossos clientes utilizam dezenas de aplicações da Agrotools em vários desafios internos e externos, sempre em missões críticas. Somos referência em soluções de grande escala para adaptação à agenda climática, por meio do melhor uso de dados e tecnologia relacionados aos territórios, nos posicionando com experiência dentro das organizações, participando de processos e rotinas de corporações de todos os portes, nacionais e internacionais para buscar soluções. Possui patentes sobre diversos produtos exclusivos e soluções operacionais que atendem às mais diversas legislações, tais como: Leis do Crédito Agrícola, Moratória da Soja, TAC da Carne, Protocolos ESG, criação de Política de Sustentabilidade globais, entre outras. Em 2024, a carteira de contratos da Companhia saltou 25% quando comparado ao ano de 2023. O volume de dados processados, analisados e consumidos pelos clientes cresceu de forma exponencial, ilustrando o avanço das soluções oferecidas aos clientes, bem como, a forte aderência da oferta de soluções alinhadas às necessidades dos nossos clientes. As atividades da Companhia não envolveram a concessão de financiamento aos clientes do agronegócio. **ISO 27001 (Não auditado)**: A Cia é uma das 200 (duzentas) empresas brasileiras que detêm certificação ISO 27001 desde 2022, reforçando seu comprometimento em manter um ambiente de negócios seguro e confiável. A certificação reforça a confiança de que seus dados são tratados com a máxima segurança da informação, em conformidade com os padrões internacionais. Também oferece proteção para informações sensíveis, como dados financeiros, listas de dados de clientes e fornecedores e segredos industriais, reforçando a confiança em nossos serviços. **Empresa Certificada B Corp (Não auditado)**: A Companhia foi a primeira AgTech da América Latina certificada como B Corp, que visa ressignificar a definição de sucesso das empresas, identificando aquelas que correspondem aos mais altos padrões de transparência, responsabilidade e desempenho socioambiental. **Great Place to Work (Não auditado)**: O Great Place to Work (GPTW) certifica e reconhece as melhores organizações a partir da experiência dos seus colaboradores, reconhecendo-a como um bom lugar para se trabalhar. **Riscos do conflito Rússia x Ucrânia**: Governos

e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia, mantêm sanções a certos setores industriais e partidos na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como quaisquer respostas dadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar indiretamente o nosso negócio. Na presente data destas demonstrações financeiras, o contexto descrito acima não gerou impactos relevantes nas referidas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A administração monitora continuamente os desdobramentos da situação para avaliar quaisquer impactos futuros, resultantes da crise em andamento. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)**: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e emitidas por todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **b) Consolidação**: A Companhia consolida a entidade sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A AT Soluções Digitais Ads Ltda. ("Controladora") foi adquirida em 3 de maio de 2021, e a Companhia obteve o controle a partir de 1 de julho de 2021, sendo a participação da Companhia no capital da Controlada de 99,9% em 2022 e de 100% em 2023. Detalhes vide nota explicativa 3.1.3. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração no dia 31 de março de 2025. **c) Base de mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração

na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **d) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **e) Estimativas contábeis**: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As regras envolvendo a capitalização de ativos intangíveis levam em consideração o custo para desenvolvimento e evolução de soluções tecnológicas, embasadas em regras e critérios de apontamentos de horas, que são valorizadas para os projetos elegíveis à capitalização. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 3.5 – Pesquisa e desenvolvimento. **3. Principais práticas contábeis adotadas – Caixas e equivalentes de caixa**: Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até três meses da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo custo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 31 de março de 2025.

Lucas Carvalho Tuffi Isak – Administrador
Luciano Rocha Saporito – Diretor Financeiro
Hogim Athie Gebara – Contador CRC/SP nº 1SP 149.730/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. e da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e con-

solidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos

controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 31 de março de 2025.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.656/F-9
José Nestor Gava Filho
Contador
CRC 1SP 248.379/0-7



NEGÓCIOS

Montadoras no Brasil temem efeito Trump e já falam em cotas contra carros mexicanos



As tarifas de importação de veículos anunciadas pelo presidente americano Donald Trump devem fazer com que os principais exportadores para os Estados Unidos redirecionem sua produção para mercados com os quais possuem acordos comerciais. As montadoras instaladas no Brasil temem especialmente a maior chegada de produtos mexicanos.

O México é o principal exportador de veículos para os Estados Unidos, vendendo para consumidores americanos 76% de sua produção no setor (ou 3,2 milhões de unidades). Diante do risco do volume direcionado ao Brasil desequilibrar o mercado, as

montadoras instaladas no Brasil já sugerem a adoção de cotas de importação.

Trump anunciou no fim de março tarifas de 25% sobre importações de automóveis, ampliando a guerra comercial global que ele iniciou no novo mandato. "O que vamos fazer é uma tarifa de 25% para todos os carros que não são fabricados nos Estados Unidos", disse Trump em um evento no Salão Oval. "Começamos com uma base de 2,5%, que é onde estamos, e vamos para 25%."

De acordo com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), as tarifas anunciadas por Trump têm potencial de fazer as fábricas mexicanas ficarem

ociosas. A associação prevê que, para eliminar esse risco, as empresas devem procurar principalmente países como o Brasil com o qual o México tem um acordo de livre comércio, por meio do Mercosul.

"O Brasil, o Mercosul tem acordo de livre comércio com o México. Então, nós estamos percebendo que, desses investimentos que estão sendo anunciados para o Brasil, parte poderá deixar de ser feita para usar a capacidade ociosa existente no México. Isso tanto no setor de autopeças quanto no setor de produção de veículos. Esse é o impacto para o Brasil em termos de investimentos", diz Márcio de Lima Leite, presidente da Anfavea.

Fábio Pupo/Folhapress

Tarifa final será de menos de 10% para a Embraer, diz executivo da fabricante de aviões



Para Antonio Carlos Garcia, diretor financeiro da Embraer, o impacto final das tarifas impostas pelo governo de Donald Trump será menos de 10% para a fabricante de aviões brasileira.

"Quando você faz o cálculo, você tem que abater o conteúdo americano, porque fazemos importação temporária, drawback [que impede retribuição]. Estamos investigando qual será a alíquota efetiva [para a Embraer]. Não é uma conta simples", disse o CFO em evento do Bradesco BBI, nesta terça-feira (8). De acordo com Garcia, 60% das compras da fabricante vêm dos Estados Unidos.

Anatel libera Starlink a aumentar em 7,5 mil número de satélites em operação no Brasil

Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) autorizou a Starlink a ampliar o número de satélites e de faixas de frequências em operação no céu brasileiro. A decisão foi tomada de forma unânime pelo conselho, segundo nota divulgada no site oficial do órgão.

Com a decisão, a Starlink pode acrescentar 7.500 novos satélites a sua frota em operação no país. Em 2022, a empresa já havia recebido autorização para prestar serviços com 4.408 satélites. A alteração da licença custará R\$ 102 mil

à empresa de Elon Musk e será válida até 2027.

A aprovação aconteceu à revelia das outras empresas de internet por satélite no Brasil, que haviam pedido à Anatel que indeferisse o pedido da Starlink devido aos riscos de congestionamento na órbita e interferências.

Como resposta a essa intensificação na corrida comercial na órbita, a Anatel emitiu um "alerta regulatório", mecanismo por meio do qual informa a sociedade que fará uma atualização do marco normativo vigente devido aos riscos identificados.

IstoÉDinheiro



O executivo também disse esperar as negociações entre os governos brasileiro e americano e entre os seus clientes americanos e o governo Trump.

"Por exemplo, a American Airlines, que fez uma baita compra, também sentar na mesa para falar", afirmou Garcia.

Segundo Marcos Molina, fundador e presidente do conselho do grupo Marfrig, o impacto das tarifas dos EUA para o frigorífico deve ser neutro ou positivo.

"O Brasil praticamente só exporta bovino de antigo para os Estados Unidos, frango e suíno não. Então, o grande parceiro comercial do Brasil é a China, e lá pode

abrir mais oportunidade", disse Molina, no evento do Bradesco BBI.

Porém, segundo o executivo, pode haver pressão no custo produtivo, já que a China tarifou o grão americano, o que pode trazer uma pressão de compra dos grãos da América do Sul, aumentando a demanda pelo grão e, conseqüentemente, o preço da ração para os animais.

"É cedo para calcular os impactos porque, pode ser que com isso, o produtor americano seja afetado e o governo lhe dê subsídio. Mas, no geral, é de neutro para positivo. Esperava uma tarifa maior", afirmou o empresário.

Folhapress